



As Diversas Faces da Internacionalização: Análise Comparativa Entre Duas Instituições Comunitárias do Sul do Brasil

Marcio Giusti Trevisol¹  Altair Alberto Fávero² 
¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina
² Universidade de Passo Fundo

RESUMO

O artigo reflete a internacionalização da educação superior como uma das grandes preocupações das universidades e de certas políticas de organismos internacionais (OCDE, Banco Mundial, Unesco) e agências nacionais (Capes, CNPq). Para além de pressupor a interculturalidade, a integração das pesquisas e dos conhecimentos, a solidariedade entre os povos, também se caracteriza como sendo um espaço de debates e embates entre atores do próprio campo e na intercessão dos campos sociais envolvidos. Nesses campos de disputa surgem discursos que revelam as diversas faces da internacionalização. O objetivo é analisar o sentido de internacionalização contido nos documentos de duas universidades comunitárias do Sul do Brasil. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, documental, de corte analítico e comparada. O universo da pesquisa é duas universidades comunitárias do Sul do Brasil que são analisadas e comparadas a partir dos seus documentos, sobretudo, do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Plano Institucional de Internacionalização. Em ambas as Universidades, fica evidenciado o entendimento que a internacionalização é o caminho para a consolidação da pesquisa, do ensino e da extensão com vistas à competitividade e ao produtivismo global. Porém, em ambas as políticas institucionais de internacionalização são recentes e obedecem a normatividades legais, não estando claros os objetivos e interesses da internacionalização para o fortalecimento da missão dessas universidades. Ainda importante destacar que apenas uma universidade já conta com o Plano Institucional de Internacionalização.

PALAVRAS-CHAVE

Internacionalização. Universidade comunitária. Mitos. Verdades.

Correspondência ao Autor

¹ Marcio Giusti Trevisol

E-mail: marcio.trevisol@unoesc.edu.br

Universidade do Oeste de Santa Catarina, Brasil

CV Lattes

<http://lattes.cnpq.br/7729712374385368>

Submetido: 03 nov. 2018

Aceito: 04 jan. 2019

Publicado: 29 jan. 2019

 [10.20396/riesup.v5i0.8653586](https://doi.org/10.20396/riesup.v5i0.8653586)

e-location: e019026

ISSN 2446-9424

Checkagem Antiplágio



Distribuído sobre



The Various Faces of Internationalization: Comparative Analysis Between Two Community Institutions From The South of Brazil

ABSTRACT

The article reflects the internationalization of higher education as a major concern of universities and certain policies of international organizations (OECD, World Bank, Unesco) and national agencies (Capes, CNPq). In addition to presupposing interculturality, the integration of research and knowledge, solidarity among peoples, is also characterized as a space for debates and clashes between actors in the field itself and in the intercession of the social fields involved. In these areas of dispute there are speeches that reveal the different faces of internationalization. The objective is to analyze the sense of internationalization contained in the documents of two community universities in Southern Brazil. The research is characterized as bibliographical, documentary, analytical and comparative cut. The research universe is two community universities in the South of Brazil that are analyzed and compared from their documents, above all, the Institutional Development Plan (IDP) and the Institutional Internationalization Plan. In both universities, it is evident the understanding that internationalization is the way to consolidate research, teaching and extension with a view to competitiveness, productivism and the logic of global employability. However, both institutional policies of internationalization are recent and obey legal norms not being clear the objectives and interests of internationalization to strengthen the mission of these universities. It is important to highlight that only one university already has the Institutional Internationalization Plan.

KEYWORDS

Internationalization. Community college. Myths. Truths

Las Diversas Faces de la Internacionalización: Análisis Comparativo Entre dos Instituciones Comunitarias del Sur del Brasil

RESUMEN

El artículo refleja la internacionalización de la educación superior como una de las grandes preocupaciones de las universidades y de ciertas políticas de organismos internacionales (OCDE, Banco Mundial, Unesco) y agencias nacionales (Capes, CNPq). Además de presumir la interculturalidad, la integración de las investigaciones y de los conocimientos, la solidaridad entre los pueblos, también se caracteriza como un espacio de debates y embates entre actores del propio campo y en la intercesión de los campos sociales involucrados. En estos campos de disputa surgen discursos que revelan las diversas caras de la internacionalización. El objetivo es analizar el sentido de internacionalización contenido en los documentos de dos universidades comunitarias del Sur de Brasil. La investigación se caracteriza como bibliográfica, documental, de corte analítico y comparada. El universo de la investigación es dos universidades comunitarias del Sur de Brasil que son analizadas y comparadas a partir de sus documentos, sobre todo, del Plan de Desarrollo Institucional (PDI) y del Plan Institucional de Internacionalización. En ambas Universidades, queda evidenciado el entendimiento que la internacionalización es el camino para la consolidación de la investigación, de la enseñanza y de la extensión con vistas a la competitividad y al productivismo global. Sin embargo, en ambas políticas institucionales de internacionalización son recientes y obedecen a normatividades legales, no estando claro los objetivos e intereses de la internacionalización para el fortalecimiento de la misión de esas universidades. Es importante destacar que solo una universidad ya cuenta con el Plan Institucional de Internacionalización.

PALABRAS CLAVE

Internacionalización. Universidad de la comunidad. Mitos. Verdades

Introdução

O século XXI se caracteriza por intensas transformações, sobretudo, no sistema econômico mundial. Entre as transformações mais agudas e significativas estão as que afetam o modelo produtivo e o papel do Estado que, ao adotar políticas liberais de organização, vem abrindo espaços para a atuação de organismos internacionais que passam a regular políticas sociais (SILVA, 2017, p. 115). No mesmo sentido, Antunes (2008) pontua que essa nova ordem global aponta para uma nova ordem educativa, marcada pela tendência da mercantilização do campo educativo. Dessa forma, as universidades são colocadas frente ao desafio de responder aos interesses do mercado global ofertando uma formação para o mundo do trabalho.

Aumenta, assim, o dilema entre sociedade do conhecimento e a economia do conhecimento, já que as universidades são colocadas novas dinâmicas e prioridades, ressaltando seu papel como favorecedoras da globalização da economia, mas pouco comprometidas com o avanço do bem-estar comum, da democracia e da justiça social. (SILVA, 2017, p. 115).

Nesse quadro se colocam as questões das políticas de internacionalização do ensino superior. O problema apresenta-se na equação das seguintes questões: qual modelo de internacionalização pretendemos? Para quem e segundo quais interesses? São indagações importantes à medida que a sua reflexão aponta para o modelo de políticas de internacionalização que efetivamos e positivamos para as instituições de ensino superior. O campo educativo, segundo Frigotto (2010), apresenta-se historicamente como um campo de disputa hegemônica. A disputa pelo projeto hegemônico de educação superior, dos atores envolvidos no campo educacional será o pano de fundo para discutir os interesses subjacentes das políticas de internacionalização adotadas em duas universidades comunitárias do sul do Brasil.

A internacionalização da educação superior no Brasil se tornou uma das grandes preocupações das universidades e de certas políticas adotadas por organismos internacionais, como OCDE, Banco Mundial, Unesco e por agências nacionais (Capes, CNPq). Nesse campo de disputa, surgem para além de pressupor a interculturalidade, a integração das pesquisas e dos conhecimentos, a solidariedade entre os povos, outros atores e interesses que fomentam os debates e apontam para tomadas de decisão para as políticas educacionais. Para tanto, o objeto do artigo é analisar e identificar tais discursos no sentido de mostrar que nem todas as formas de apresentação da internacionalização se alinham com práticas de socialização do conhecimento e avanços de problemáticas próprias da ciência e da cultura. O objetivo específico é compreender qual o sentido e alinhamento das propostas de internacionalização presentes nos documentos de duas Universidades do Sul do Brasil.

Para responder aos objetivos apresentados utilizamos de uma pesquisa teórico-bibliográfica, documental, de corte analítico e comparada, a respeito das principais políticas de internacionalização institucionalizadas na Universidade de Passo Fundo (UPF) e na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). A perspectiva comparada permite apontar quais os discursos que balizam e organizam as propostas institucionais referentes à

internacionalização do ensino superior nessas instituições. O artigo é organizado em duas partes. Na primeira parte, situamos a questão da universidade no contexto da economia global, pontuando seus desafios e, primordialmente, como se estruturam os discursos de internacionalização do ensino superior, tomando como base os documentos internacionais (OCDE e Unesco e Tratado do Bolonha) e os documentos nacionais de regulamentação (Capes e CNPq). Na segunda, parte abordamos as políticas de internacionalização institucionalizadas na UPF e Unoesc que estão presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Plano Institucional de Internacionalização.

Portanto, é possível apontar que as políticas de internacionalização adotadas por essas universidades comunitárias são recentes no que se refere à formalização institucional por intermédio de documentos legais; e que as orientações presentes nos documentos seguem a norma legal dada pelos organismos educacionais (MEC, CNPq e Capes) e mantêm uma ordem de agenda global de discurso da internacionalização como um aspecto da sociedade globalizada para a competitividade, o produtivismo, a inovação tecnológica. Contudo, é importante destacar que em ambas as universidades existe o entendimento que a internacionalização é um meio de fortalecimento da pesquisa, do ensino e da extensão, que ocorrem por meio de redes de cooperação entre instituições, professores, pesquisadores e alunos. Por fim, ambas as universidades contam com departamento para assuntos vinculados à internacionalização.

Internacionalização do Ensino Superior: Mitos e Verdades

A sociedade do conhecimento caracteriza-se, sobretudo, pela aceleração dos processos de produção e disseminação da informação e do conhecimento. Para autores, como Castells (1999), a sociedade da informação é a expressão de uma forma produtiva na qual o valor monetário está no domínio privilegiado da informação ou na sua produção. Estrutura-se, desse modo, uma economia da informação vinculada ao processo produtivo neoliberal que, em último sentido, legitima um discurso homogêneo de dogmatização das forças de mercado e da tecnociência.

Tal discurso tende a produzir os processos educativos a uma perspectiva instrumental e mercadológica. É reducionista por restringir a compreensão da dinâmica de tais sociedades à lógica de um mercado desregulado, deixando de considerar dimensões como respeito ao pluralismo, o estímulo a modos de vida sustentáveis e a vivência de valores universalmente desejáveis. (CENCI; MARCON, 2016, p. 113).

A questão pontuada pelos autores remete a uma reflexão sobre a condição do espaço universitário frente à conjuntura produtiva neoliberal e global de capital que se instaurou na modernidade. A modernidade pode ser entendida como aproximadamente equivalente ao “mundo industrializado”. Ele se refere às relações sociais implicadas no uso generalizado da força material e do maquinário nos processos de produção (GIDDENS, 2002, p. 21).

No mesmo caminho, Dardot e Laval (2016) entendem que a sociedade neoliberal é marcada por uma nova racionalidade que define discursos, práticas e dispositivos a partir do valor referencial e universal da concorrência. O princípio referencial da concorrência é núcleo central da governabilidade de instituições públicas, privadas e da própria subjetividade. Na esfera do conhecimento, esse modelo produtivo baseado na globalização força e pressiona que instituições transformem suas políticas para atender a interesses dessa estrutura econômica.

Nessa dinâmica, dois projetos de internacionalização são apresentados. Por um lado, segundo Santos e Filho (2012), o entendimento que a internacionalização assume a condição de fortalecimento da pesquisa, do ensino e da extensão como indutora de desenvolvimento econômico, de inclusão social e de sustentabilidade com a cultura. A outra face da internacionalização, decorrente da lógica e do poderio econômico norte-americano, impôs, segundo Santos e Filho (2012, p. 53), “a compreensão da necessidade de colocar o saber a serviço da produção de riqueza, ou seja, da criação de condições proporcionadoras de bem-estar social e coletivo”. Essa face de entendimento da internacionalização pretende uma aproximação da universidade com a empresa.

Segundo Knight e De Wit (2004, p. 11), “a internacionalização acadêmica como processo de uma dimensão internacional, intercultural e/ou global nos objetivos, funções e ofertas de educação pós-secundária, é uma definição amplamente aceita e difundida na comunidade acadêmica”. Dessa maneira, por internacionalização do ensino superior inclui a mobilidade de estudantes e professores, investigação e desenvolvimento de pesquisa com equipes multidisciplinares e compostas por membros de países diferentes, internacionalização de currículos, alinhamento de procedimentos, estruturas e sistemas de avaliação, a certificação e o uso de critérios comuns de qualidade e o recrutamento de estudantes e docentes estrangeiros.

No cenário educacional, as políticas de internacionalização têm ocupado espaço nas agendas de debates. As tensões estabelecidas para a definição de um projeto unificador evidenciam as diversas formas e interesses de grupos que atuam no espaço educacional que decorrem historicamente do modelo produtivo em vigor. Para Frigotto (2010, p. 35), “o caráter subordinado das práticas educativas aos interesses do capital historicamente se torna formas e conteúdos diversos, no capitalismo nascente, no capitalismo monopolista e no capitalismo transnacional ou na economia globalizada”.

O ponto levantado pelo autor nos direciona ao entendimento que qualquer decisão em políticas educacionais é decorrente de um campo de disputa de grupos situados em um contexto histórico. Nesse quadro, as políticas de internacionalização do ensino superior são organizadas a partir de conferências, congressos, reuniões, seminários e, sobretudo, por organismos internacionais que atuam na influência decisória sobre as políticas institucionalizadas do Estado. Nesse sentido, a internacionalização do ensino superior apresenta suas diversas faces nos discursos dos organismos internacionais, como OCDE, Unesco e Tratado de Bolonha.

O discurso comum registrado em seus escritos é o entendimento que a internacionalização deve favorecer uma formação acadêmica adequada às competências globais. Esse discurso é fundamentalmente o motor de organização das políticas institucionalizadas na Capes e CNPq que, por decorrência, organizam as estruturas institucionais e os programas de internacionalização nas universidades.

A Conferência Mundial da Educação Superior é organizada em quatro partes, a saber: Responsabilidade Social, Acesso, Equidade e Qualidade, Internacionalização, Regionalização e Mundialização e Aprendizagem, Pesquisa e Inovação.

A Educação Superior como bem público social enfrenta correntes que promovem sua mercantilização e privatização, assim como a redução do apoio e financiamento do Estado. É fundamental reverter esta tendência, de tal forma que os governos da América Latina e do Caribe garantam o financiamento adequado das instituições de Educação Superior pública e que estas respondam com uma gestão transparente [...] Afiramos, ainda, nosso propósito de agir para a Educação, em geral, e a Educação Superior, em particular, não sejam consideradas como um serviço comercial. (UNESCO, 2009, p. 3-4).

O relatório apresentado sobre Internacionalização, Regionalização e Globalização formaliza o ideal de uma educação de cooperação e solidariedade entre países, para que por meio da circularidade do conhecimento seja possível a ajuda às nações menos favorecidas. Por outro lado, essa noção expressa de Internacionalização do Ensino Superior recebe críticas. Para Siufi (2009), há uma diferença no trato conceitual elaborado pela Unesco entre cooperação internacional e internacionalização, na qual a primeira se refere ao financiamento do ensino por órgãos de fomento externo que garantam a integração e colaboração política e institucional. Já a segunda perspectiva parte de um sentido de democratização do conhecimento e se converte em instrumento de fortalecimento das capacidades de inserção ativa das nações no contexto dos desafios e possibilidades da globalização mundial, utilizando-se de políticas mais ativas que provoquem maior presença e visibilidade internacional.

Na mesma esteira, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2008) aponta algumas tendências para o ensino superior: a) o estabelecimento de acordos mútuos para o oferecimento de programas educacionais entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento; b) o crescimento do segmento de mercado internacional; c) atração de talentos e retenção de mão de obra especializada em países desenvolvidos; d) Cursos de formação rápida em países desenvolvidos, o que fomenta uma internacionalização verticalizada e organizada pela padronização e dominação científica e tecnológica.

Nessa dinâmica da sociedade globalizada, a Declaração de Bolonha (1999) define o escopo político para a educação superior Europeia: estabelecer, em um prazo de dez anos, um Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES), com o objetivo de aumentar a atração de estudantes de outros países e continentes para as universidades europeias, proceder a uma maior coerência e equivalência no que se refere às estruturas dos cursos superiores e ao reconhecimento de estudos e títulos, bem como incentivar a mobilidade dos estudantes entre as várias fronteiras europeias. É denominado de Processo de Bolonha o conjunto de

estratégias políticas e medidas que visam consolidar esse Espaço Europeu de Ensino Superior (PORTUGAL, 2009). Segundo Azevedo e Catani (2015, p. 22):

O processo de Bolonha, formal e informalmente, é o nome do movimento de reforma e integração da educação superior na Europa com vista à formação do Espaço Europeu de Educação Superior (EEES). Fruto de reuniões intergovernamentais, o processo de Bolonha também é incentivado e promovido pelas instâncias comunitárias europeias, entre elas, de maneira bastante destacada, a Comissão Europeia.

O processo de Bolonha é um movimento que busca a consolidação da “Europa do conhecimento”. Segundo Almeida, Fávero e Tonieto (2015), a formalização de um espaço de conhecimento europeu é definitivamente um fator imprescindível ao crescimento social e humano para a consolidação e enriquecimento da cidadania europeia com vistas ao desenvolvimento de aptidões para enfrentar os dilemas e desafios da sociedade globalizada. Para Almeida, Fávero e Tonieto (2015, p. 237):

Nessa direção a Declaração de Bolonha segue as trilhas do modelo global de desenvolvimento altamente dependente da inovação e de um padrão de competitividade marcado pela maleabilidade e flexibilidade. Tal contexto impede, por um lado a diferenciação pela capacidade de criação e competição, mas por outro, devido a rapidez das transformações e novas demandas, destaca a fragilidade do trabalho isolado e aponta para a necessidade do trabalho em rede e da cooperação para a potencialização da produtividade e competitividade.

Neste processo, tanto os Organismos Internacionais, como a ODCE e a Unesco, quanto a declaração de Bolonha apresentam a internacionalização do ensino superior como um processo, uma diretriz ou uma normatividade institucional que deve favorecer uma formação para a lógica global de capital. Em outras palavras, qualquer proposta de internacionalização deve considerar o cenário mundial produtivo da competitividade, da concorrência, da tecnologia e da inovação. Contudo, nos próprios documentos internacionais, percebemos diferentes faces e discursos de abordagens sobre as formas e objetivos da internacionalização. Enquanto a Unesco e a OCDE apontam que a internacionalização da universidade, por intermédio de pesquisadores, professores e alunos, deve buscar favorecer o desenvolvimento de habilidades necessárias ao mundo neoliberal; que centros de conhecimento superior devem organizar-se pela lógica da competitividade e inovação; e que o investimento em internacionalização realizado pelos países é para a competição tecnológica, a declaração de Bolonha, por outro lado, conserva a ideia que no mundo globalizado flexível e concorrente é necessário conservar um espaço comum de produção de conhecimento marcado pela cooperação e para produção em redes que garantam os princípios democráticos como valores para vida planetária.

A partir da breve exposição elencada sobre os organismos internacionais e sobre o Tratado de Bolonha partiremos no desafio de entender as políticas de internacionalização presentes nos documentos da Capes e no Plano Nacional de Educação no Brasil (2014-2024). A tese é compreender quais os princípios norteadores das políticas internas e quais seus efeitos sobre a organização das instituições de ensino superior.

A Capes, no Plano Nacional de Pós-graduação (2011-2010) dispõe de orientações para a concretização da internacionalização nos espaços universitários. As orientações são no sentido de salientar a importância das parcerias internacionais na produção e disseminação do conhecimento na sociedade globalizada. O desenvolvimento nacional, a cooperação internacional do CNPq busca aperfeiçoar e dinamizar a gestão dos instrumentos de cooperação, diversificar e expandir as parcerias estratégicas com países desenvolvidos e em desenvolvimento. O sentido da internacionalização é apresentado como discurso de cooperação e de parcerias em busca do desenvolvimento de pesquisas e conhecimentos que por ora garantam uma representatividade internacional da pesquisa brasileira e uma circularidade de conhecimentos locais.

No mesmo sentido, a meta 12 (doze) do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) prevê “elevar a taxa bruta de matrículas na educação superior para cinquenta por cento e a taxa para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no seguimento público.” Especificamente nos interessa dentro da meta 12 (doze), a estratégia 12.12: “Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação em nível superior.” (BRASIL, 2014, p. 74).

Somam-se às diretrizes apontadas nos documentos oficiais para a internacionalização do ensino superior programas e políticas públicas destinadas a essa demanda global.

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação (MEC), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) vêm atuando como importantes agentes nacionais do progresso de internacionalização da Educação, da ciência e da Tecnologia no Brasil. Nos últimos anos, as estratégias para internacionalizar as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras ganharam incrementos bastante significativos através de programas federais de fortalecimento da mobilidade acadêmica tanto nos níveis de graduação quanto de pós-graduação e pesquisa, sugerindo como destaque nessa conjuntura o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), instituído pelo Decreto Lei nº 7.642/11. (ALMEIDA, 2009, p. 494).

O programa Ciência sem Fronteiras (CsF) é uma das políticas educacionais de internacionalização que efetivamente rendeu bons resultados. O programa buscou promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência, da tecnologia e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da modalidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes – e secretarias de Ensino Superior e do Ensino Tecnológico do MEC. Para Stallivieri (2017, p. 130):

O programa Ciência sem Fronteiras busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Esse foi um importantíssimo passo dado pelo governo federal e merece todas as reverências, mas, também, clama por algumas reflexões.

Como destacado nos documentos internacionais e nas políticas educacionais do Estado Brasileiro, a internacionalização ganhou destaque e espaço nas agendas de discussão. O indicativo que na sociedade globalizada de capital flexível a internacionalização torna-se aspecto basilar para a ciência e para o fortalecimento das instituições de ensino superior. O que evidenciamos na análise dos documentos nos permite apontar como consenso que a internacionalização é o caminho para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Contudo, no fazer prático, os interesses e objetivos da implantação da internacionalização ganham contornos próprios e faces diversas. Pelo menos duas facetas da internacionalização podemos apontar: a primeira reafirma os ideais da economia do conhecimento, ao propor a internacionalização como competição e produtivismo que garante os interesses do capital internacional e desqualifica o papel da universidade como promotora do bem-estar social. Por outro lado, a internacionalização do ensino superior poderia garantir a produção de conhecimento solidário mediante redes de cooperação entre universidades, estudantes, professores, pesquisadores e entre Estados. Como pontuam Santos e Filho (2012, p. 145).

Repousando em bases materiais e institucionais consolidadas, procurando responder aos desafios sociais do nosso tempo, a internacionalização transforma-se em missão da universidade quando esta é capaz de mobilizar, de uma forma intencional e consciente, para com ela atingir os seguintes objetivos: reforçar os projetos conjuntos e integradores; dar maior dimensão às atividades de formação, de pesquisa e de inovação; conduzir uma agenda própria de diplomacia cultural universitária; contribuir para a consolidação de espaços integrados do conhecimento.

Os autores ponderam que a internacionalização se constitui no limiar do século XXI como a nova missão da universidade. O fato é que a internacionalização entendida como missão ou como meio para a consolidação do ensino, pesquisa e extensão se afirma como um desafio para as universidades. Tomando a agenda internacional de debates e os documentos oficiais sobre políticas educacionais, as universidades, à sua maneira e com suas particularidades, buscam fomentar a internacionalização desenvolvendo estruturas. Compreendido o desenho da internacionalização a partir dos interesses, faces, mitos e verdades passaremos a compreender como as universidades estão estruturando suas políticas institucionais para responder a esse fenômeno. Portanto, na sequência faremos uma análise comparativa dos documentos institucionais de duas Universidades Comunitárias do Sul do Brasil, a saber; Universidade de Passo Fundo (UPF) e Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). A intenção é pontuar qual o sentido de internacionalização que está presente em seus documentos, sobretudo, no Programa de Desenvolvimento Institucional e nos Planos Institucionais de Internacionalização.

Institucionalização de Políticas de Internacionalização em Duas Universidades Comunitárias do Sul do Brasil

A internacionalização da educação superior em suas diferentes etapas formativas, sejam elas, na graduação ou na pós-graduação, torna-se um grande desafio institucional. Por um lado, as pressões das agendas educacionais (de diferentes atores nacionais e

internacionais) cobram da universidade o imediato atendimento a essa condição, por outro, as universidades em sua grande maioria não entendem e não conseguem definir claramente suas políticas internas para atender as condições de uma internacionalização consistente e comprometida com a missão institucional. Para Stallivieri (2017, p. 56), "é inquestionável a necessidade de internacionalização institucional". Cabe, nesse momento, apontar que qualquer iniciativa de internacionalização precisa definir as formas, os objetivos, o acompanhamento e a avaliação da abertura internacional da universidade. Para Childress (2009, p. 292),

assim, esses planos avançam as metas institucionais para a internacionalização, expressando compromisso institucional, definindo metas institucionais, informando a participação das partes interessadas, bem como estimulando a sua participação em iniciativas de internacionalização.

O autor apresenta a importância que a internacionalização das instituições superiores obedeça a um planejamento rigoroso com definição clara de objetivos e capacidades. Segundo Stallivieri (2017), um plano eficaz de inserção internacional torna-se fundamental à elaboração de diagnóstico sobre o perfil e missão da instituição. O diagnóstico deverá levar em conta o plano de desenvolvimento institucional; a localização geográfica; a língua de comunicação e língua de instrução; o potencial de publicações científicas em periódicos nacionais e internacionais; a participação em redes colaborativas de conhecimento ou em grupos de pesquisa; as condições de estabelecer parcerias internacionais com outras instituições; a capacidade de gerenciar e manter programas de mobilidade acadêmica internacional; a capacidade de receber representantes internacionais da comunidade científica; o oferecimento e a manutenção de programas de formação em língua estrangeira, sobretudo, em inglês; e, por fim, a organização e disponibilização para a comunidade acadêmica de uma infraestrutura favorável ao desenvolvimento de projetos de internacionalização da instituição.

O processo de internacionalização de uma instituição não é um caminho fácil. São muitos os obstáculos. Desse modo, os pesquisadores Gacel-Ávila e Rodríguez-Rodríguez (2018) apontam alguns obstáculos: a) falta de estruturas institucionalizadas; b) carência de planejamento e execução; c) gestão, na maioria das vezes passiva, com a reprodução de documentos oficiais; d) dificuldades de comunicação em língua estrangeira (falta de domínio); e) insuficiência de financiamento para as atividades internacionais. Esses são alguns pontos que demonstram as dificuldades e obstáculos para a internacionalização de programas sólidos, consistentes e de acordo com a missão da universidade.

Neste contexto, e respondendo nossa proposta de pesquisa, vamos situar duas universidades comunitárias do Sul do Brasil em relação à internacionalização. As duas universidades são a Universidade de Passo Fundo (UPF), com abrangência no noroeste do Rio Grande do Sul e a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), com abrangência no Oeste de Santa Catarina. O estudo se caracteriza por uma análise comparativa entre as duas universidades a partir dos seus documentos oficiais, a saber, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano Institucional de Internacionalização. A análise comparativa é permitida porque as Universidades possuem características semelhantes, como:

são comunitárias, possuem estrutura de múltiplos *campi*, o número de alunos é equivalente e os investimentos em pesquisa, sobretudo, em programas de doutorado e mestrado são próximos (contudo a UPF conta com um número maior de programas de Mestrado e Doutorado). A análise comparativa se fixou nos documentos que tratam da internacionalização da instituição, a fim de averiguar quais os discursos que movem o delineamento de estratégias, metas, objetivos e competências a serem desenvolvidas pela internacionalização nas duas instituições.

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) a Unoesc reafirma seus compromissos com as questões regionais, no âmbito da formação humana e profissional, da produção do conhecimento e da extensão. Isso pode ser atestado na sua missão: De acordo com o PDI (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2018, p. 30), “promover a formação humana e profissional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, gerando conhecimento para o desenvolvimento regional e sustentável”.

Conforme sua Missão, a Unoesc define sua política de internacionalização dentro das perspectivas de desenvolvimento institucional. No PDI, a Unoesc expressa seu alinhamento com os discursos proferidos pelos organismos internacionais, como OCDE, Unesco e com as orientações dos documentos oficiais dos organismos estatais, como CNPq e Capes, no que se refere à organização da estrutura da internacionalização para atender aos desafios da globalização. Como consta no PDI (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2018, p. 56), a Unoesc reconhece a importância de promover e consolidar uma política de internacionalização como necessidade inerente ao processo de fortalecimento e diferenciação institucional. Em um mundo globalizado, o intercâmbio de conhecimentos assume relevância e constitui prioridade para a instituição.

Ao tratar a internacionalização como prioridade, a Unoesc, em seu Documento de Desenvolvimento Institucional (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2018), atribui ainda certos conceitos e elementos que caracterizam o viés institucional da internacionalização. Apresenta conceitos, como parcerias internacionais, a internacionalização como qualidade na formação da comunidade acadêmica, internacionalização como ponte para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, cooperação internacional e solidária e estabelece uma relação entre a internacionalização e o seu papel regional de promotora de desenvolvimento.

Embora a instituição ainda não conte com um documento específico sobre internacionalização (mas em via de publicação) a Unoesc vem desenvolvendo ações e programas de parcerias internacionais. Nesse sentido, segundo o PDI (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2018), em 2010 foi criado o Programa de Mobilidade Acadêmica, com coordenadoria específica para planejar e implementar ações estratégicas com essa finalidade. Para dar andamento e consistência ao programa de internacionalização, o PDI institucional da Unoesc (2017) aponta 9 (nove) diretrizes de orientação para as políticas de internacionalização durante o período de vigência do PDI. Destacamos quatro diretrizes

institucionais, segundo o PDI (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2018, p. 58):

a) Assumir a internacionalização como processo integral e transversal aos processos institucionais para a docência, pesquisa, extensão e inovação, de forma indissociada; b) promover o entendimento institucional da internacionalização como valor associado à cultura organizacional; c) promover a interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento, para a implementação de inovação e o desenvolvimento tecnológico, por meio de planos de trabalho e ações conjuntas com universidade e instituições parceiras no exterior; d) desenvolver o processo de internacionalização a partir de eixos estratégicos, que contemplem a mobilidade acadêmica, a internacionalização de currículos, a dupla titulação de cursos em parceria com universidades estrangeiras e a internacionalização.

Somadas a essas diretrizes citadas, encontramos conceitos-chave presentes nas outras diretrizes, a saber; a internacionalização associada à pesquisa, extensão e ensino; internacionalização como produtora de conhecimentos para sustentabilidade, integração global, multiculturalismo, mobilidade internacional de professores e alunos, redes internacionais de pesquisa, formação continuada de professores e alunos e a ligação com a pós-graduação. Segundo o PDI (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2018), o atendimento das diretrizes e de acordo com o objeto institucional de promover a internacionalização, ampliando parcerias para a formação profissional e a produção de conhecimentos visando ao desenvolvimento sustentável, requer planejamento, estratégia acadêmica e administrativa e um processo integrado de constante monitoramento e avaliação.

É importante destacar que o detalhamento das diretrizes e as estratégias para a internacionalização apontadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (2018) serão efetivados a partir do lançamento do Plano de Internacionalização Institucional, que está em fase de finalização. Embora a Unesco não possua (ainda) um documento específico que trate da internacionalização, é fundamental destacar que várias ações são realizadas, como, por exemplo, o oferecimento de línguas estrangeiras, sobretudo, o inglês; a formalização de uma estrutura física com capital humano preparado para atender as dinâmicas da internacionalização; acordos bilaterais com universidades; o fortalecimento de diplomacia cultural entre países; envio periódico de professores e alunos à participação de intercâmbios, pesquisas e congressos; investimento na formação de professores e incentivo para a formação de redes de pesquisa; e o acolhimento de alunos, professores e pesquisadores que realizam intercâmbio cultural, acadêmico, tecnológico e científico.

Como análise é importante destacar que a Unesco formaliza suas políticas de internacionalização de acordo com o discurso referente à globalização que traz em seu núcleo os princípios da inovação e da tecnologia. Por fim, a Unesco organiza o sentido da internacionalização tomando como base os preceitos dos organismos internacionais que tratam do tema e dos documentos oficiais que regulam e formalizam o processo institucional da internacionalização. Esses elementos da internacionalização podem ser verificados também na Universidade de Passo Fundo (UPF).

A Universidade de Passo Fundo (UPF) (2017a), criada por meio do Decreto Presidencial n. 62.835/1968, caracteriza-se por ser uma instituição comunitária, de caráter regional, sem fins lucrativos, que tem por missão “produzir e difundir conhecimentos que promovam a melhoria da qualidade de vida e formar cidadãos competentes, com postura crítica, ética e humanística, preparados para atuarem como agentes de transformação social.” (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2017a, p. 15). Sendo uma Universidade Comunitária, a UPF (2017a, p. 16) tem por finalidade:

Manter, desenvolver e aperfeiçoar o ensino superior em suas várias modalidades, bem como outros graus de ensino; formar recursos humanos habilitados para o exercício das diferentes profissões; estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; promover a pesquisa nas diferentes áreas do saber; promover a divulgação de conhecimentos culturais, específicos e técnicos e comunicar o saber por meio do ensino, das publicações e de outras formas de comunicação; estudar os problemas socioeconômicos da comunidade, visando à apresentação de soluções e integrar-se na comunidade, atuando na forma de cursos, serviços e outras atividades de extensão.

De forma genérica, a internacionalização da UPF tem sido promovida desde sua fundação na década de 1960, com atividades eventuais, por meio de parcerias com instituições estrangeiras, pelo intercâmbio de professores que fizeram sua formação na Europa ou nos Estados Unidos. Na década de 1990, a internacionalização foi institucionalizada por meio da criação da Assessoria para Assuntos Internacionais e Interinstitucionais (AII). Destaca-se, nesse período, a participação da UPF no Programa Intercampos, “criado em 1995 pelo Instituto de *Cooperación Iberoamericana de Agencia Española de Cooperación Internacional*” (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2018, p. 10), o qual estabeleceu convênio de colaboração entre universidades espanholas e universidades na América Latina, promovendo a mobilidade de estudantes, professores, gestores e a criação de redes de cooperação. No final da década de 1990, as atividades de internacionalização se intensificaram principalmente em função da criação de diversos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e “pelos intercâmbios de discentes e docentes da graduação, na pesquisa e na extensão.” (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2018).

A Internacionalização da UPF está contemplada em diversos documentos e registros. Tendo em vista o escopo deste artigo nos deteremos em três documentos da instituição recentemente aprovados pelo Conselho Universitário (Consun): Plano de Desenvolvimento Institucional – 2017/2021 (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2017a), Projeto Pedagógico Institucional – PPI (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2017b) e Plano Estratégico de Internacionalização 2018/2022 (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2018).

No PDI 2017/2021 a internacionalização está contemplada na Linha Estratégica 1, que trata da “Excelência Acadêmica e Pedagogia Universitária”. Dentre os diversos objetivos dessa Linha Estratégica relacionados ao ensino, pesquisa e extensão, aparece o Objetivo 1.8 – “ampliar o nível de internacionalização da instituição”. No Quadro 1 são elencadas as ações e metas propostas pelo PDI da UPF:

Quadro 1. Ações e metas da Internacionalização propostas pelo PDI da UPF (2017-2021)

Cód.	AÇÃO	INDICADOR	META	RESP.	PERÍODO
1.8.1	Aprimorar o planejamento e a gestão da internacionalização		Planos de internacionalização da UPF elaborado	Reitoria	2 anos
1.8.2	Elaborar programa de fomento à internacionalização por meio de intercâmbios docentes e discentes, capacitação docente, projetos conjuntos, redes de cooperação e convênios, bem como atração de docentes e discentes		Ampliar número de docentes e discentes participando de intercâmbios Ampliar número de instituições conveniadas Ampliar a atuação internacional da UPF	Reitoria	2 anos
1.8.3	Promover ações de internacionalização que maximizem o intercâmbio dos alunos de pós-graduação com outras IES do Brasil e Exterior		Editais publicados	VRPPG	Permanente
1.8.4	Criar um plano de atração de alunos estrangeiros para frequentar integralmente		Divulgação da UPF em instituições estrangeiras conveniadas e organismos internacionais efetivada	VRPPG	2 anos
1.8.5	Apoiar a participação de alunos nos editais de graduação e pós-graduação sanduíche		Ampliar a participação de alunos	Reitoria	Permanente
1.8.6	Ofertar o ensino de línguas estrangeiras para alunos de cursos de graduação e oportunizar à comunidade acadêmica acesso gratuito a plataformas on-line para estudo de idiomas		Ampliar a oferta de cursos de línguas estrangeiras nos Campi	Reitoria	3 anos
1.8.7	Criar mecanismos de aperfeiçoamento de língua estrangeira e redação científica para docentes e discentes de pós-graduação		Ampliar a oferta de cursos de língua estrangeira e redação científica	Reitoria	3 anos
1.8.8	Estabelecer um plano de atividades pós-intercâmbio para docentes e discentes voltadas à comunidade acadêmica		Processos de socialização do conhecimento implementados	Reitoria	3 anos
1.8.9	Elaborar um planejamento de comunicação para dar visibilidade às ações de internacionalização da universidade		Divulgação ampla das ações de internacionalização realizada	Reitoria	Permanente
1.8.10	Ampliar o plano institucional de participação dos cursos em sistemas internacionais de avaliação e acreditação de carreiras		Ampliar a quantidade de cursos acreditados	VRGrad	Permanente
1.8.11	Viabilizar a participação dos membros da Reitoria em eventos e fóruns internacionais de Educação Superior		Ampliar a participação em eventos	Reitoria	Permanente

Fonte: Universidade de Passo Fundo (2017a, p. 77).

Algumas ações e metas relacionadas no Quadro 1 merecem destaque, pois demonstram a intencionalidade da UPF em promover a Internacionalização de forma articulada e ampliada, bem como estabelecer um planejamento organizado para os desafios futuros da instituição. Dentre elas, destacam-se: a) ação de “aprimorar o planejamento e a gestão da internacionalização” com a respectiva meta de criar “elaborar um plano de internacionalização”; b) ação de “elaborar programa de fomento à internacionalização” com a respectiva meta de “ampliar o número de docentes e discentes participando de intercâmbios”, bem como “ampliar o número de instituições conveniadas”; c) ação de “criar um plano de atração de alunos estrangeiros para frequentar integralmente” as atividades na UPF com a respectiva meta de “divulgação da UPF em instituições estrangeiras conveniadas e organismos internacionais”; d) ação de “criar mecanismos de aperfeiçoamento de língua estrangeira e redação científica para docentes e discentes da pós-graduação”, com a respectiva meta de “ampliar a oferta de cursos de língua estrangeira e redação científica”; e) ação de “estabelecer um plano de atividades pós-intercâmbio para docentes e discentes voltadas à

comunidade acadêmica”, com a respectiva meta de realizar “processos de socialização do conhecimento implementados”.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI), amplamente discutido com a comunidade acadêmica nos anos de 2015 e 2016, aprovado em 2017, “embasa a Universidade para os desafios próprios de um novo tempo e projeta a maneira como a instituição se apresenta, a fim de bem cumprir a sua missão, articulando a participação de todos os integrantes”. (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2018, p. 12). A internacionalização é mencionada no PPI quando trata dos desafios contemporâneos e a educação superior no século XXI, ao abordar as distintas problemáticas trazidas como temáticas de estudos e pesquisas interdisciplinares. O PPI ressalta que tais aspectos desafiam a comunidade acadêmica para a construção de “um conhecimento humanista, crítico, responsável, prudente e inovador, capaz de fazer avançar a ciência em prol dos direitos humanos e da sustentabilidade de todos os níveis e formas, ao mesmo tempo em que não descuida da perspectiva desafiadora da internacionalização.” (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2017b, p. 18). Essa perspectiva é contemplada na indicação do item 28 das políticas institucionais, formulado da seguinte maneira: “Consolidação e fomento do processo de internacionalização da instituição”. (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2017b, p. 35).

A Assessoria para Assuntos Internacionais e Interinstitucionais (AII) é um dos setores estratégicos que tem contribuído para dar apoio e fomento à Internacionalização da UPF. Trata-se de um setor ligado diretamente à Reitoria e é responsável pela expansão, consolidação e promoção da internacionalização da UPF, buscando o “fortalecimento e consolidação das lideranças e excelência nos pilares que sustentam a Universidade em meio ao cenário internacional”. (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2018, p. 13). Dentre as principais atribuições da AII, destacam-se as seguintes:

[...] desenvolver e implementar políticas de cooperação internacional no contexto da Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, divulgar a Universidade no Exterior, sistematizar os dados referentes à internacionalização da UPF, qualificar as unidades acadêmicas quanto aos programas de intercâmbio, publicar editais e realizar processo de pré-seleção e seleção dos alunos de graduação que desejam participar dos programas de intercâmbio acadêmico da instituição, assessorar alunos e professores que realizarão intercâmbio, auxiliar estudantes estrangeiros com suas candidaturas e funcionamento da UPF, apoiar e promover a realização de eventos internacionais. (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2018, p. 13-14).

Cabe ressaltar que a AII tem realizado um trabalho intenso na mobilidade acadêmica, principalmente, da graduação. Conforme demonstra a Tabela 1, houve uma intensa mobilidade acadêmica da graduação oportunizada pelos distintos programas, como: Programa de Intercâmbio Acadêmico (Piac); Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidade; Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (Marca), com a participação de inúmeros alunos no programa federal Ciência sem Fronteiras (CsF).

Tabela 1. Dados gerais da mobilidade acadêmica da UPF de 2005 a 2017/1

	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17/1	Total
Saída de alunos UPF	10	14	26	27	24	31	51	66	65	73	41	27	8	463
Alunos estrangeiros na UPF	4	7	4	11	9	16	29	30	51	33	28	32	10	264
Estágios no exterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	3	12
Total	14	21	30	38	33	47	80	96	116	106	69	59	21	730

Fonte: Universidade de Passo Fundo (2018, p. 15).

Um estudo mais cuidadoso dos dados apresentados na Tabela 1 mostra que a mobilidade acadêmica ocorrida nesse período está diretamente relacionada às políticas de fomento à internacionalização. A diminuição em 2016 e 2017 está inteiramente ligada à diminuição e o encerramento de bolsas de fomento de alguns dos programas mencionados, principalmente, o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).

A internacionalização na pós-graduação e na pesquisa da UPF está relacionada principalmente ao *stricto sensu* e efetiva-se em razão da oferta de licença a docentes para realizar estudos no exterior, a vinda de professores estrangeiros, a participação de professores estrangeiros na orientação de dissertações e teses, a participação de bancas de mestrado e doutorado, a oferta de bolsas para alunos cursarem doutorado sanduíche. O Programa de Capacitação Docente da UPF tem sido decisivo no processo de internacionalização da pós-graduação, tendo em vista que a qualificação docente se torna um “dos principais sustentáculos de uma universidade de qualidade. O programa é regulamentado por Instrução Normativa Interna atualizada periodicamente, conforme os interesses e possibilidades institucionais” (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2018, p. 16). Diversos professores ligados à Pós-Graduação *stricto sensu* puderam realizar pós-doutorado no exterior em países, como Portugal, Espanha, México, Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Itália, dentre outros.

Um dos aspectos mais relevantes da internacionalização da UPF ocorreu com a aprovação do Plano Estratégico de Internacionalização (PEI) (2018-2022), amplamente discutido entre a comunidade acadêmica e aprovado em 2018 pelo Conselho Universitário. O Plano, além de contextualizar a UPF no atual momento, sintetiza em linhas gerais a missão, visão, valores, objetivos, diagnóstico interno e externo e as linhas estratégicas no cenário da internacionalização.

A missão da internacionalização da UPF é definida da seguinte maneira: “Contribuir para que a Universidade de Passo Fundo alcance níveis de excelência nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão, por meio de um processo integrador, intercultural e global no âmbito da internacionalização.” (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2018, p. 19). Em termos de visão ressalta-se a ideia de consolidar as relações internacionais e suas práticas com a finalidade de alcançar o reconhecimento como universidade de referência em termos de internacionalização. Em termos de objetivos da internacionalização da UPF, almeja “ampliar as oportunidades de mobilidade bilateral de alunos e professores na graduação, pós-graduação e extensão”, “consolidar os convênios de cooperação internacional e firmar novos acordos estratégicos”, “conscientizar e capacitar a comunidade universitária com vistas à

internacionalização” e “aprimorar a infraestrutura para processos de internacionalização, incluindo seus procedimentos e fluxos operacionais de planejamento, execução e monitoramento.” (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2018, p. 22).

No diagnóstico interno, o PEI analisa os pontos fortes e fracos que possibilitam a internacionalização da UPF. Em termos de pontos fortes, destacam-se a excelência educativa, o apoio institucional, os programas de intercâmbio acadêmico e intercâmbio docente, os docentes com formação e experiência internacional, o doutorado e mestrado sanduíche no exterior, o estágio pós-doutoral realizado no exterior, as missões de trabalho, a presença de professores estrangeiros na UPF, as bolsas de pesquisador Visitante, os convênios internacionais, os projetos de cooperação internacional, a publicação em revistas e livros estrangeiros e a editoria de publicações em veículos internacionais. Em termos de pontos fracos, destacam-se a pouca previsão orçamentária específica para a internacionalização, o pouco conhecimento da comunidade acadêmica sobre a internacionalização, a inexistência de uma política de ensino de línguas estrangeiras, o despreparo para receber estudantes/intercambistas e professores estrangeiros, poucas experiências de aulas ministradas em inglês e em outras línguas, currículos não “internacionalizados”, pouca produção científica internacional, escassa visibilidade de experiências internacionais, reduzido número de professores com experiência internacional e reduzida experiência em missões de trabalho no exterior (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2018, p. 24).

Em termos de diagnóstico externo, o PEI analisa as oportunidades e ameaças da internacionalização da UPF. Dentre as oportunidades, destacam-se o conhecimento e sistematização de dados sobre as práticas de internacionalização da UPF, a adequação de currículos, a atração de estudantes e pesquisadores do exterior, a obtenção de bolsas e fomento para a internacionalização e a oportunidade de consolidação de parceria com instituições estrangeiras de excelência. Ao tratar das ameaças, ressaltam-se a situação econômica do país e da região, a dificuldade em participar de editais de fomento à internacionalização, o padrão de exigência das instituições internacionais e a baixa competitividade e pouca visibilidade internacional (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2018, p. 25).

Tanto o diagnóstico interno quanto externo possibilitou a elaboração das Linhas Estratégicas do PEI, as quais foram desdobradas em grandes objetivos, com detalhamento de ações, metas, indicadores, prazos e investimentos. Em razão do espaço deste artigo não será possível detalhar todas as linhas estratégicas. Apenas serão indicadas as 4 Linhas Estratégicas e os respectivos objetivos, com o intuito de dar visibilidade ao formato como está sendo projetado a internacionalização da UPF. A Linha Estratégica 1 (Estruturação interna para a internacionalização) tem os seguintes objetivos: a) melhorar os procedimentos acadêmicos e administrativos; b) divulgar as ações de internacionalização; c) capacitar o corpo docente e técnico-administrativo; d) melhorar a infraestrutura institucional. A Linha Estratégica 2 (Mobilidade acadêmica internacional) possui os seguintes objetivos: a) consolidação dos programas de apoio a estudantes e docentes da UPF; b) consolidação dos programas de atração e apoio a estudantes e docentes estrangeiros; c) promoção da capacitação em língua

estrangeira. A Linha Estratégica 3 (Cooperação Internacional) possui os seguintes objetivos: a) consolidação de convênios e programas conjuntos; b) participação em redes internacionais de universidades; c) participação em editais de internacionalização de agências de fomento. A Linha Estratégica 4 (Internacionalização do Ensino, da Pesquisa e da Extensão) possui os seguintes objetivos: a) ampliar a participação em programas internacionais de certificação e acreditação; b) envolver as unidades e os setores no processo de internacionalização; c) ofertar currículos e/ou disciplinas em língua estrangeira em graduação e pós-graduação; d) promover a internacionalização da pesquisa; e) capacitação da comunidade acadêmica para inserção de alunos estrangeiros no ensino; f) promover a internacionalização de programas, projetos e atividades de extensão (UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2018, p. 26-31).

Um olhar panorâmico do PEI da UPF nas suas distintas partes possibilita inferir que há uma clara e consciente intenção de dar centralidade à internacionalização. As Linhas Estratégicas sinalizam para um amplo leque de objetivos e ações que precisam ser implementados, no intuito de dar sequência à projeção da instituição no cenário internacional. Possivelmente, um dos obstáculos diz respeito ao financiamento e a articulação de políticas públicas que possibilitem viabilizar as distintas ações.

Considerações Finais

As políticas de internacionalização nas instituições requerem comprometimento e planejamento quanto à execução das metas e objetivos traçados. Como pontua Stallivieri (2017), a implantação da internacionalização obedece seis fases, a saber, primeira fase caracteriza-se pela consciência das razões, das necessidades e dos benefícios que a internacionalização pode trazer para toda a comunidade acadêmica; a segunda é o engajamento, isto é, considera que a internacionalização deve fazer parte da cultura da instituição com a participação de todos os níveis no processo; a terceira caracteriza-se pelo planejamento que considera as necessidades, sinaliza recursos disponíveis, identifica os objetivos, define prioridades e estabelece as estratégias que serão utilizadas para a internacionalização; a quarta fase, caracteriza-se pela operacionalização; na quinta fase, refere-se ao processo avaliativo de análise e revisão das práticas de internacionalização e por fim, a sexta fase é o *feedback* dos atores que participam do processo de internacionalização.

As seis fases apontadas são visíveis nos documentos das duas Universidades. Tanto a Unesco quanto a UPF registram em seus documentos que a internacionalização é parte indissociável da pesquisa, ensino e extensão. Essa condição garante que aos poucos a internacionalização ganhe relevância e faça parte naturalmente da cultura acadêmica. O entendimento que a internacionalização contribui para que ambas as universidades construam redes de pesquisadores, intercâmbio com outras universidades e estabeleçam como metas o envio de professores, alunos e pesquisadores ao exterior e de forma ativa recebem professores, alunos e pesquisadores de outros países que contribuem para a melhoria do ensino e da pesquisa. Então ambas as universidades consideram a internacionalização como prioridade, para isso, se esforçam para fazer ajustes e delinear legalmente, por intermédio dos seus PDIs e dos documentos oficiais de Internacionalização uma série de ajustes e reformas.

Segundo Gacel-Ávila e Rodriguez-Rodriguez (2018, p. 125) pontuam,

declarar a internacionalização como prioridade institucional requer colocar em prática uma série de ajustes e reformas para as práticas institucionais, tais como a integração da dimensão internacional com os sistemas de planejamento, execução e desenvolvimento, elaboração de planos operacionais de internacionalização ligados às prioridades institucionais, identificação dos recursos financeiros e humanos necessários para assegurar a viabilidade e estabelecer critérios e procedimentos de avaliação quanto às políticas de internacionalização.

Tanto na UPF quanto na Unoesc são pontuados nos PDIs e nos documentos que tratam da internacionalização pontos positivos, como intercâmbio de alunos e professores, as políticas de publicação em periódicos no exterior, departamentos específicos que tratam da internacionalização, envio de alunos e professores ao exterior, política de formação continuada de professores, oferecimento de cursos de língua estrangeira e a formalização e acordos internacionais. Dessa forma, a internacionalização é tomada como prioridade pelas instituições que procuram naturalizar práticas de internacionalização dentro de suas rotinas acadêmicas. Por outro lado, existem certos obstáculos que são comuns a outras universidades, como se constata na pesquisa *Internacionalização da educação superior na América Latina: um balanço* (2018), produzida pelos pesquisadores Gacel-Ávila e Rodriguez-Rodriguez. Entre essas dificuldades, podemos destacar: a) dificuldades de formação de alunos e professores em língua estrangeira (a grande maioria não domina o inglês); b) dificuldades de definir e assegurar recursos financeiros. As duas universidades dependem de agências de fomento que nem sempre garantem periodicidade e valores compatíveis. A dificuldade de definição de recursos financeiros (agências de fomento) impossibilita o planejamento em longo prazo de rotinas internacionais; c) dificuldade de atração de professores, pesquisadores e alunos internacionais em virtude da localização geográfica; d) ambas as universidades sentem dificuldades de acessar o espaço do produtivismo-competitivo na pesquisa, sobretudo, por se fazerem no interior do Brasil, o que torna difícil a manutenção em seus quadros de grandes pesquisadores.

Quanto ao sentido da internacionalização, presente nos documentos das universidades, é perceptível a preocupação com as dinâmicas da globalização. Por isso, os documentos preconizam as orientações dadas pelos documentos oficiais, mas se percebem fortes influências das designações dos organismos internacionais. É visível conceitos, como inovação e tecnologia com fundamentos para as políticas internas de internacionalização. As duas universidades manifestam preocupação e se esforçam para desenvolver os programas de internacionalização adequados com a missão universitária. De acordo com Santos e Filho (2012, p. 145),

repousando em bases materiais e institucionais consolidadas, procurando responder aos desafios sociais de nosso tempo, a internacionalização transforma-se em missão da universidade quando essa é capaz de mobilizar, de uma forma intencional e consciente, para com ela atingir os seguintes objetivos: reforçar projetos conjuntos e integradores; dar maior dimensão às suas atividades de formação, de pesquisa e de inovação; conduzir uma agenda própria de diplomacia cultural universitária; contribuir para a consolidação de espaços integrados de conhecimento.

Portanto, as duas universidades assumem a internacionalização como uma das metas a serem atingidas nos seus PDIs. Nesse sentido, a internacionalização é tratada como forma potencial de assegurar a concretização da missão dessas universidades. Como ambas as universidades – UPF e Unoesc – são comunitárias, assumem um compromisso com sua região de atuação, sobretudo, na geração de conhecimento que melhore o bem-estar social da população ao seu entorno. Então, a internacionalização planejada por essas universidades está conforme a missão comunitária, embora não seja evidenciada de forma clara em seus documentos a relação entre internacionalização e missão universitária. Por fim, cabe salientar que a UPF possui uma tradição histórica, o que permite ter consolidado suas políticas de internacionalização. Já a Unoesc vem se esforçando, sobretudo, a partir de 2010 para consolidar a internacionalização como um valor inerente à atividade do ensino superior. Seus números são admiráveis e seu planejamento, metas e diretrizes contidos em seu PDI apontam à solidificação da internacionalização nos próximos anos.

Referências

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; FÁVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carina. A expansão da educação superior no Brasil sob a influência da declaração de Bolonha. *In*: CATANI, Afrânio Mendes (Org.). **O espaço Europeu de educação superior (EEES) para além da Europa**: apontamentos e discussões sobre o chamado processo de Bolonha e suas influências. Curitiba: CRV, 2015.

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **Universidade Contemporânea**: políticas do processo de Bolonha. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

ANTUNES, Fátima. **A nova ordem educacional**: espaço europeu de educação e a aprendizagem ao longo da vida. Coimbra: Almedina, 2008.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. O espaço europeu de educação superior (EEES) para além da Europa: apontamentos e discussão sobre o chamado processo de Bolonha e suas influências. *In*: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; FÁVERO, Altair Alberto; CATANI, Afrânio Mendes (Org.). **O espaço Europeu de educação superior (EEES) para além da Europa**: apontamentos e discussões sobre o chamado processo de Bolonha e suas influências. Curitiba: CRV, 2015.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (2014-2014)**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de pós-graduação – PNTG 2011-2020** (v. I e II). Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF: Capes, 2010.

CAPES. **A internacionalização na Universidade Brasileira**: resultados do questionário aplicado pela Capes, publicado em outubro de 2017. Disponível em: <http://http://www.capes.gov.br> . Acesso em: 20 out. 2018.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CENCI, Ângelo Vitório; MARCON, Telmo. Sociedades complexas e desafios educativos: individualização, socialização e democracia. *In*: MÜHL, Eldon Henrique; DALBOSCO, Cláudio Almir; CENCI, Ângelo Vitório (Org.). **Questões atuais de educação**: sociedade complexa, pensamento pós-metafísico, democracia e formação humana. Ijuí: Ed. Unijui, 2016.

CHILDRESS, Lisa K. Internationalization Plans form higher education institutions. **Journal of Studies in international education**, 2009. Disponível em: <http://http://jsi.sagepub.com/content/13/3/289>. Acesso em: 24 mar. 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECLARAÇÃO DE BOLONHA. 1999. Disponível em <http://www.ispa.pt/NR/rdonlyres/7AECBFAD-6B1A-4153-B61E-5BA122E02D42/0/Declara%EF%BF%BD%C3%A3odeBolonha1.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne; RODRIGUEZ-RODRIGUES, Scilia. **Internacionalización de la educación superior en América Latina y el Caribe**: un balance. México: Unesco-Iesalc, 2018.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

KNIGHT, Jane; DE WIT, Hans. Internationalization remodeled: definition, approaches and rationales. **Journal of Studies in Education**, Washington, v. 8, n. 1, p. 05-31, jan./mar. 2004.

OCDE. **Organização para a cooperação e desenvolvimento econômico**. 2008. Disponível em: <http://www.ocde.org>. Acesso em: 19 out. 2018

PORTUGAL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Processo de Bolonha**. 2009. Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Processo+de+Bolonha/>. Acesso em: 10 jun. 2009.

RISTOFF, Dilvo. Os desafios da educação superior na Ibero-América: inovação, inclusão e qualidade. **Avaliação**, Sorocaba, v. 18, n. 3, p. 519-545, nov. 2013.

SANTOS, Fernando Seabra; FILHO, Naomar de Almeida. **A quarta missão da universidade**: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SILVA, Luciana Leandro da. Políticas de formação de professores (as) universitários (as) em São Paulo e Catalunha: tendências e desafios. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 113-126, jan./mar. 2017.

SIUFI, Gabriela. **International cooperation and the internalization of higher education**. Educación superior y sociedad. 2009. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982011000100005. Acesso em: 27 set. 2012.

STALLIVIERI, Luciana. **Internacionalização e intercâmbio**: dimensões e perspectivas. Curitiba: Appris, 2017.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009**: as novas dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. Paris, 2009.

UNESCO. **Educação superior**: reforma, mudança e internacionalização. **Anais**. Brasília: Unesco Brasil; Sensus, 2003.

UNESCO. **World conference on higher education**: higher education in the twenty-first century, vision and action. 1998.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2017-2021)**. Passo Fundo: UPF, 2017a.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. **Plano Estratégico de Internacionalização (2018-2022)**. Passo Fundo: UPF, 2018.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. **Projeto Pedagógico Institucional – PPI**. Passo Fundo: UPF, 2017b.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2018-2022)**. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2017.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Plano de desenvolvimento institucional da Unoesc 2018- 2022. 3. ed. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2018. 164 p. (Série Documentos; v. 32).